

Moralidade técnica: reflexões sobre práticas excludentes e administração de água

Technical morality: reflections concerning the practice of exclusion and water administration

Parry Scott¹

1. Professor titular do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia - University of Texas at Austin (1981). <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>
rparryscott@gmail.com

Resumo: Quatro projetos de desenvolvimento da administração de água na bacia do Rio São Francisco e na Zona da Mata de Pernambuco são apresentados para elaborar conceitos relacionados com a ideia de Moralidade Técnica, que enfatiza práticas de exclusão de populações locais. A barragem de Sobradinho, a barragem de Itaparica, as barragens de emergência de inundações e a Transposição das Águas do Rio São Francisco fornecem dados e exemplos para a elaboração de conceitos, incluindo o Descaso Planejado, no qual se dá prioridade a demandas e objetivos do projetos de desenvolvimento, relegando as populações locais a um tratamento secundarizado; estabelecimento de relações hierárquicas empregando práticas redistributivas mais que recíprocas; os efeitos da temporalidade de projetos e o Uso de táticas de desmonte da resistência. A temporalidade dos projetos trata do planejamento lento, seguido por execução corrida e por fuga, criando contextos por práticas diferenciadas de exclusão no decorrer do projeto. Os administradores dos projetos recorrem a Táticas de Desmonte de resistência que incluem: 1) desmoralizando a população local; 2) metamorfose institucional, mudando constantemente os canais de comunicação; 3) abandono planejando usando produtos inferiores e

deixando obras inacabadas; e 4) incorporação burocrática, aliciando agentes de resistências para realizar responsabilidades administrativas. Estes conceitos são empregados para sugerir maneiras de abordar outros projetos governamentais, usando os exemplos de investimento na Copa do Mundo e o Combate à vírus do Zika.

Palavras-Chave: Moralidade Técnica. Rio São Francisco. Descaso Planejado. Temporalidade de Projetos. Táticas de Desmonte.

Abstract: Four Water administration Development Projects on the San Francisco River Valley and the Pernambuco Zona da Mata are presented to elaborate concepts related to the idea of Technical Morality, emphasizing the practice of exclusion of local populations. The Sobradinho Dam, the Itaparica Dam, Flood Emergency Dams and the San Francisco River Transposition provide data and examples for the elaboration of such concepts, including Planned Neglect, as giving priority to development demands and objectives, relegating local populations to secondary treatment; establishing hierarchical relations by way of redistributive and non-reciprocal practices; the effects of project timing and the use of Resistance Undermining Tactics. Project timing deals with slow exclusive planning, followed by speedy execution, and abandonment, which create contexts for a differential practice of exclusion as the project unfolds. Administrators of Projects resort to Resistance Undermining Tactics of 1) demoralizing the local population, 2) institutional metamorphosis, constantly changing communication channels, 3) planned abandonment, using inferior products and leaving undertakings unfinished, and 4) bureaucratic incorporation, co-opting agents of resistance into administrative responsibilities. These concepts are used to suggest ways to approach other Government projects, using examples of World Cup Investment project and Combat of the Zika Virus.

Keywords: Technical Morality. San Francisco River. Planned Neglect. Project Timing. Resistance Undermining Tactics.

Introdução

A partir de exemplos de práticas de construção de um campo de ação que se pauta na moralidade técnica na intervenção estatal em projetos de administração de água no Brasil, este trabalho sugere um conjunto de conceitos que possam ser adaptados para a compreensão da relação entre perspectivas do Estado e perspectivas locais num amplo espectro de atividades. O argumento principal é que a ação do Estado é permeada pela referência a uma moralidade técnica que comunica uma distância polarizadora entre os administradores de projetos, planos e programas incentivados pelo governo, de um lado, e as populações locais, que, sistematicamente, e com variabilidade significativa, ocupam um plano secundário, evidente ou disfarçado, nos objetivos de tais projetos, planos e programas, de outro lado.

Ao escolher a categoria “moralidade” para referir às práticas e à ideologia que fundamentam os processos sociais de projetos de desenvolvimento é instrutivo ressaltar dois conteúdos das ideias clássicas que diferenciam propósitos de reciprocidade e de redistribuição na formação de estratificações que atravessam a organização social, criando um substrato para a compreensão de relação entre moralidades, horizontalidade e hierarquizações.

Primeiro, a reciprocidade, tal como concebida em autores como Malinowski (1984), Mauss (1974), Polanyi (2000), Dalton (1971) e Sahlins (1965), se entende como uma dispositiva moral de troca equilibrada que ocorre entre agentes sociais que se tratam como associados numa relativa igualdade. A preservação desta igualdade é uma meta em si. Esta lógica recíproca constitui uma moralidade que opera num campo de variabilidade interna e tensa, mas que gravita para dissuadir estratificações, através de uma noção de semelhança entre parceiros em redes de troca. A própria reciprocidade é uma condição “ideal” em constante ameaça, devido à interação histórica entre diversos agentes com diferentes níveis de poder. Esta interação pode contribuir para a construção de relações duradouras de poder desiguais entre os parceiros, tornando-se a negação da moral recíproca, situando os outros em rangos inferiores dos seus domínios de poder (ADAMS, 1975), mas ao fazer isso perde força o seu aspecto recíproco fundante.

Segundo, a ideia de redistribuição se organiza como legitimadora da preservação de relações de poder desiguais, fundamentando relações de poder centralizadas na forma de um Estado cuja meta prática se distancia profundamente da preservação da igualdade, independente do discurso elaborado pelos seus agentes. Os atores sociais que se encarregam de operar a redistribuição promovem práticas de especialização técnica como justificativa de uma redistribuição que sacraliza uma diferenciação reafirmada na operação contínua das redes de troca existentes nos contextos e campos de ação onde se habilitam para agir. Formam-se domínios de poder. Quando a diferença desigual é sacralizada, como mostra Godelier (2001), há uma quebra da reciprocidade que possa servir para perpetuar ou mesmo acentuar as próprias desigualdades. Neste caso, através da invocação de uma “moralidade técnica”, quem administra a redistribuição visa dar continuidade às desigualdades e os benefícios particulares decorrentes delas em nome da especialização.

Neste sentido, em diferentes contextos e campos de ação, a existência da moralidade técnica como um princípio diretor de ações preferenciais ajuda a entender as divisões que ocorrem e que se acirram entre as perspectivas do Estado e as perspectivas da população local, como vemos nos estudos de James Scott (1985, 1992) e de Arturo Escobar (2008). Acompanhar as oscilações nas maneiras pelas quais o Estado administra as consequências destas trocas perfila os conflitos entre população local e o Estado, informando sobre as táticas de preservação e ampliação de desigualdade calcadas em discursos técnicos que fazem referência a metas de reciprocidade, mas que sistematicamente, na prática, são colocadas em segundo plano, sempre sendo percebidas como sendo de menor importância que os objetivos principais informados pela aplicação técnica em campos específicos. Primeiro a técnica é invocada por empreendedores de grandes projetos como contribuindo para um imperativo moral de resposta a demandas de populações distantes, outras, hierarquicamente diferenciadas e representadas pelos próprios administradores de projetos e planos de desenvolvimento, de grandes obras, que sacralizam as suas técnicas especializadas e demandantes de expertise e conhecimento diferenciado. Segundo, ao referirem-se à população local, a não adequação das práticas e do

conhecimento deste grupos locais à técnica associada ao projeto é construída pelos que implementam os grandes projetos para justificar uma política sistemática de evitar o atendimento de demandas de populações locais e permitir que a sucessão de planos e projetos pode continuar centralizando recursos administrados pelos seus idealizadores.

A administração de água tem fundamentado grandes teorias de Estados despoticamente centralizadoras e de condições de diferenciação interna duradoura e desigual – aqui penso em Wittfogel (1957) – bem como em muitos estudos sobre construção de sistemas de irrigação). Pensando a América Latina, seja em vales e montanhas de países andinos com ecossistemas complexos e interligados bem diferenciados, seja no Nordeste brasileiro com as suas secas milenares e restrito fluxo de águas, e em muitos outros locais, o controle da distribuição da água tem sido alvo de ações centralizadoras que fornecem um contexto para entender como se operacionaliza a formação de campo de ação com base em variedades de uso do discurso de moralidade técnica.

Este trabalho segue muito esquematicamente quatro exemplos históricos desta distribuição de água na história recente do Nordeste brasileiro na bacia do Rio São Francisco para apresentar um conjunto de conceitos elaborados em torno de observações ao longo de quatro décadas (na administração da construção da barragem de Sobradinho, da barragem de Itaparica, na construção emergencial de barragens contra enchentes na Zona da Mata Pernambucana e na Transposição das Águas do Rio São Francisco). De fato, o Vale do Rio São Francisco abrigou historicamente e abriga atualmente inúmeros exemplos dessas práticas, mas a escolha feita favorece uma demonstração de variedades de objetivos construídos em tempos históricos sequenciados que criam sub-regionalizações nas bacias hidrográficas (SCOTT, 2009). Em seguida, sugere que tais conceitos possam ser transpostos a outros campos de ação nos quais as particularidades das metas anunciadas pelos projetos, planos e programas a administrar possam atingir ou impactar populações locais relacionadas a eles, exemplificando através de dois outros contextos como demonstram o efeito da mudança dos objetivos focados, uma perpetuação da aplicação das mesmas categorias, diferentemente realçados por se organizarem em outras técnicas

norteadores de moralidades em diferentes situações. Os outros dois casos são a promoção da Copa do Mundo (anunciada como sede em 2007 e realizada em 2014) e a administração da resposta à epidemia da Síndrome Congênita de Zika, a partir de 2015. Embora cada caso represente um rico campo para explorar detalhes etnográficas do pesquisador e de outros estudiosos, resolvi, ainda com a mesma base de experiências, realçar os conceitos mais de que realizar extensas descrições etnográficas sobre cada um dos casos.

Distribuição de Água, Disputas de espaços e Insegurança Administrada

Populações ribeirinhas são atraídas pela riqueza dos ambientes fluviais cujos fluxos de água oferecem margens aluviais e vazantes que são particularmente convidativos para o plantio, e que se complementam com potencialidades de manejo de pesca e de criatório em terras mais distantes das margens do rio. A compreensão da sazonalidade de fluxos de água é um conhecimento importante para que as estratégias de administração de recursos locais possam levar a uma qualidade de vida prezada pelas populações locais. Mas as mesmas prioridades de uso não são as principais razões de um conjunto de engenheiros, técnicos e especialistas em recursos hídricos se interessar nestas águas. Desde a primeira metade do século xx, a redistribuição de produto dessa água chamou atenção a engenheiros estimulados a responder às necessidades de consumo de energia elétrica de populações citadinas distantes em áreas com atividades industriais e intensivas redes de consumo urbano, bem como de empresários como o produtor de têxteis, Delmiro Gouveia, na primeira metade do referido século. Efetivamente era um produto diferente que os almejados pela população local que visava assegurar uma subsistência razoável desse ambiente fértil. Os engenheiros elaboraram um amplo planejamento de mais que um século de construção de sucessivas barragens ao longo do Rio São Francisco, com a meta de redistribuir a produção de energia para as populações mais distantes. Por mais que o acesso à energia elétrica pudesse trazer algum benefício local à população e tenha sido o alvo de tentativas locais de produção, a aplicação dos projetos técnicos dos engenheiros não se coaduna com as metas da população local.

Então os próprios engenheiros e seus campos institucionais são um segmento sempre envolvido na definição de quais as metas a serem perseguidas por projetos de construção de barragens. Não é por acaso que um dos trabalhos longitudinais mais conhecidos nesta área de estudo e ação inclui no seu título a expressão “*El ingeniero gran Diós*” (BARTOLOMÉ, 1992). Desde os campos de formação de grupos profissionais associados, como engenheiros que têm chamado a atenção de José Sérgio Leite Lopes (comunicação pessoal), até as grandes redes nacionais e internacionais que se constroem em torno do sistema elétrico brasileiro (Eletrobrás, Eletronorte, Furnas, Chesf, Banco Mundial, e instituições congêneres internacionais multilaterais de financiamento), insistem num muito bem articulado conjunto de planos de desenvolvimento de médio e de longo prazo onde a água fornecerá energia e luz para grandes contingentes de populações e de indústrias produtoras que, com frequência, pela sua localização distante dos fluxos de água, são vistos como populações descritas pelo traçado da geopolítica de ser nacional e/ou regional, ou por referência genérica à sua cidadania “consumidora e demandante” em tais espaços distantes. O que pode atrapalhar a construção desta imagem de uma população beneficiária ampla são justamente as populações que pautam o seu cotidiano no uso local de recursos hídricos como um meio de vida.

Então, quando o Estado se aproxima com as suas pranchas e equipes de topógrafos para delimitar o seu campo preferido da água, a população local, a depender do seu grau de conhecimento e poder de manejo de recursos, se torna potencialmente, uma população mais atingida que beneficiada. O que está nas pranchas visa primeiro fazer quilowatts chegarem para outros, e, a depender das forças locais, terá que ver como lidar com a população local para que os desenhos da engenharia elétrica a serviço do país, da região e das classes empresariais e governantes que enxergam demandas de consumo, possam se tornar realidade. Chamo isto de descaso planejado para enfatizar a secundarização dos interesses da população local que historicamente ocupa o território em questão e que ainda pretende viver de recursos hídricos locais. O Estado que declara se interessar em fornecer segurança e condições de vida traduzidas em energia per capita tem duas grandes formas de agir que inquietam a

população local: a primeira eu designo de “insegurança estrutural” que é uma descrição das desigualdades perpetuadas pela própria organização do Estado que mesmo extra-localmente evidencia uma incapacidade repetida de responder a demandas de trabalho, renda, saúde e qualidade de vida para a população toda; a segunda é “insegurança administrada” e que se repete entre populações que cada vez mais aprendem a ser desconfiadas, pois quando o Estado se aproxima com planos para desenvolver, aumenta a sensação e a prática de exclusão, que ou se realiza pela omissão ou pela superinclusão em condições bem piores que antes. A insegurança administrada provoca patologias diversas e gera práticas de resistência nesta população local.

Ao longo da bacia do Rio Francisco, ao longo do tempo

No caso da barragem de Sobradinho, construída nos anos setenta e inaugurada em 1982, e precedida pelas barragens de Paulo Affonso e Moxotó, a política desenvolvimentista da ditadura militar e as limitações de comunicação fizeram com que as pessoas que moravam em aglomerados urbanos como Sento Sé, Casa Nova e Remanso nas margens do Rio São Francisco no estado da Bahia se espalhassem com indenizações nulas ou irrisórias, virando novos retirantes quando antes eram beiradeiros, vivendo em melhores condições que os que precisavam viver do sequeiro, distante do Rio. Tais ações não escaparam das observações de cientistas sociais, antropólogos e sociológicos, bem como sindicalistas incipientes, cujas denúncias da insegurança e prejuízos trazidos à população local teve reverberação nos escritórios no Banco Mundial, juntando-se a casos semelhantes no mundo afora e abrindo espaço para uma legislação elaborada no setor de meio ambiente e de populações locais da instituição multilateral, para insistir que os planos de construção devessem incluir medidas “mitigadoras” e compensatórias, não tanto para eliminar os prejuízos à população local, mas para suavizar o seu impacto e abrir o caminho para a continuação dos conjuntos de barragens esperadas, no Brasil e no mundo, bastante divulgado nas obras de Michael Cernea sobre os impactos e políticas de grandes obras promovidas por instituições promotoras de desenvolvimento (1991, 1993).

Se a barragem de Sobradinho chamou atenção à necessidade de pensar mitigações e modificar a legislação internacional para que os engenheiros pudessem orgulhosamente dizer que criaram “o maior lago artificial de América do Sul,” a população secundarizada em Sobradinho não seria a população diretamente beneficiada por nenhuma nova política de compensações. (MACHADO, 1987; SIGAUD, 1986) E nas próximas décadas nem mesmo os beneficiados em obras subsequentes que aderiram às exigências de ações mitigadoras se sentiam adequadamente contemplados diante de múltiplas estratégias de escamoteação de tais ações, numa prática repetida de promoção institucional que continuava a operar num princípio de moralidade técnica que mal assimilava a ideia da importância das condições de vida das populações locais com o infortúnio de residir em territórios alvos da execução das obras.

Na próxima década, nos anos oitenta, um novo ambiente de abertura democrática no país, com sindicatos de trabalhadores rurais, antes incipientes, e agora em pleno crescimento, com legislação mais favorável aos atingidos, e com a experiência negativa de Sobradinho na década anterior, chegou a vez de entrar nos tempos corridos de finalização da próxima barragem com maior viabilidade nas pranchas dos engenheiros. A barragem de Luiz Gonzaga, conhecida mais pelo nome do reservatório criado por ele – Itaparica, o lago que foi criado quando a barragem foi inaugurada em 1988, com uma política de remoção, designada de “plano de desocupação”, que sugere uma ilegalidade de muitas moradias, diretamente atingidos pela água. Mas os aprendizados e ganhos das equipes de administradores e engenheiros evitaram que isto mudasse a característica da implantação deste projeto. Muito ao contrário, a aperfeiçoamento das técnicas operacionais da implantação da barragem demonstraram uma aumentada sofisticação na prática norteadora de descaso planejado.

Foram acima de 80.000 pessoas removidas e reassentadas, aproximadamente a metade das cidades e a metade do campo. Com muita pressão de sindicatos e com respaldo da obediência à legislação internacional cobrada pelas financiadoras, os administradores da construção da barragem e da distribuição da energia, liderados pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco - montaram uma campanha proclamando que a remoção de

quem morava na área a ser inundada era uma “mudança para melhor” prometendo casas, lotes, agrovilas, serviços de bombeamento e equipamentos irrigação e apoio técnico na área rural. Enquanto os que trabalhavam para o benefício à população atingida, dentro e fora da instituição executora, labutavam para que este “custo social” fosse trazer melhores condições para a população, os engenheiros e administradores que enxergavam a missão da CHESF mais estreitamente como companhia de geração de energia (e não a construção de assentamentos agrários) resmungavam dos altos custos ocasionados pela rede complexa de projetos de reassentamento. Repetindo amargamente que “É o mais alto custo per capita de todos os projetos de construção de barragem”, conseguiram reverter o que conseguiam enxergar como a ênfase indevida na “mitigação” e retomar o rumo da prioridade técnica para a geração de energia.

Fizeram esta reversão por vários procedimentos que podem ser sistematizados a partir da própria observação desse reassentamento (SCOTT, 2012): primeiro, com o realce da missão energética, técnica e moral, da CHESF - enfatizando a capacidade técnica e moral da construção eficiente e geração de grandes quantidades de quilowatts para quem precisava, e, ao mesmo tempo, com uma campanha publicitária dos desafios técnicos, já sendo vencidos, na próxima barragem na sequência – Xingô (inaugurado em 1994) – localizada num canyon esparsamente povoado (ou seja, felizmente, com pouca gente para remover (SIQUEIRA, 1999), e com uso espetaculoso de técnicas de vencer a rocha com procedimentos, cálculos e maquinaria de engenharia das mais sofisticadas. Assim em Itaparica a atenção foi desviada da população removida no tempo corrido que antecedia a inauguração das turbinas marcando o início da geração festejada de energia. Essa população foi removida às pressas para locais ainda sem construção completa e adequada de residências, sem equipamento de irrigação em funcionamento, e sem acesso à possibilidade de plantio rentável para o seu sustento. Isto foi publicizado pela CHESF, muito nas linhas analisadas por Bronz e Bezerra (2014) como um cuidadoso gerenciamento do tempo pelos administradores do projeto, que aproveitaram para focar toda atenção à intensiva movimentação em torno da abertura das compotas que poderiam responder às ameaças de faltas de energia para a população da

região Nordeste. Mas logo em seguida se evidenciaram quatro estratégias de desmonte da possibilidade da população removida ou compensada por outras formas, efetivar as suas demandas como população atingida

Estas táticas, conceituadas com mais detalhes em Scott (2012) incluíam a *desmoralização* formal e informal da população removida (criticando-a de lerdeza e de excesso de esperteza e como preguiçosa aproveitadora de uma compensação mensal que tinham negociado para assegurar a sustentação até que os administradores do projeto pudessem assegurar condições de plantio autônomas); a *metamorfose institucional* (sempre alegando, através de nomes enganosamente sugestivas, estarem promovendo respostas eficientes às demandas dos atingidos, reorganizaram frequentemente os canais de comunicação com os demandantes, resultando em quebras e impedimentos no processo reivindicativo), o *abandono planejado* (justificando o uso de materiais e técnicas inferiores no processo de implantação de reassentamentos pela incapacidade técnica de uma companhia especializada em energia administrar assentamentos e agricultura, até o ponto de gerar um relatório de erros técnicos que inviabilizou a entrega à companhia de produção agrícola – CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, gerenciadora técnica da fruticultura internacionalizada de Juazeiro e Petrolina no Alto Sertão); e finalmente, pela *incorporação técnica* (ocupando os sindicatos e outros atingidos e seus aliados, antes mais reivindicativas, em tarefas de gerenciamento de informações sobre beneficiados, como se fosse responsabilidade executiva – mais de que fiscalizadora – deles assegurar que as medidas compensatórias chegassem a todos). A desmobilização e a desmoralização da população tomaram conta do tempo depois de atingir a meta de gerar energia, um tempo de fuga de responsabilidades enxergadas como de segunda ordem pelos administradores do projeto, agora envolvidos em novos projetos.

Quando a barragem Xingô, vitrine da técnica, foi inaugurada cinco anos mais tarde era historicamente inquestionável para movimentos que as populações locais regularmente se tornam atingidas, e não beneficiadas. Também a elaboração da justificativa de planejamento de novas barragens apresentou maiores dificuldades devido ao baixo retorno energético previsto para duas

barragens com construção pretendida entre Sobradinho e Itaparica (Riacho Seco e Pedra Branca). A resistência de populações locais ficou mais vigilante. Com receio de organização eficiente de grupos étnicos nas áreas previstas para inundação resultou na suspensão do planejamento de Pedra Branca. No caso da Riacho Seco, à montante e com menores contingentes étnicos mobilizados, ainda se seguiu a legislação e realizou extensas avaliações e relatórios de impactos ambientais bastante exigentes, detalhados e cuidadosos. Descrições de baixo retorno energético e perdas potenciais das populações atingidas fizeram com que não houvesse leilão da obra, pois não se encontrava forma de agilizar audiências públicas que pudessem resultar em aprovação dos planos.

Não se pode dizer que planos de grandes obras hidroelétricas foram plenamente abandonados na região, mas a partir desse ponto na história o Rio São Francisco se tornou muito menos atraente que outros rios. A moralidade técnica de capacidade de engenheiros gerar energia elétrica fixou parte da sua atenção em locais mais distantes, e outra parte em maneiras alternativas, não hídricas, de gerar energia (energia eólica e energia solar, sobretudo, mas em menor escala termonuclear e biomassa) ou de distribuir águas (transposição do Rio São Francisco, que exigia estações elevatórias e extensos trechos de canais).

Novos Projetos e Objetivos Oscilantes

As conhecidas lógicas prevalentes em grandes obras hídricas (HANSEN E OLIVER-SMITH, 1982, SCUDDER E COLSON, 1982) repetem uma sequência de controle de tempo em outras grandes obras – um tempo lento de planejamento, um tempo corrido de execução, e um tempo de fuga no período pós-inauguração. Descrevi estes tempos em outro trabalho (SCOTT *et al.*, 2014, p. 98)

O planejamento de uma obra de infraestrutura, como uma barragem ou uma ferrovia ou uma autovia, resulta de um plano estratégico de fornecimento de energia ou de vias de transporte. O agente promotor principal geralmente faz parte de uma burocracia estatal responsável por um planejamento estratégico que trabalha com previsões de demandas de energia ou de transporte e que identifica obras necessárias em espaços que permitem que respondam a demandas crescentes mais ou menos previsíveis, conseqüentemente, como agência

estimuladora, ele pauta as suas metas prioritárias nesses termos (fornecimento de energia, fluxo mais ágil do tráfego) e forma alianças com construtoras.

A violação desta regra de tempos ocorre quando as obras são resultado de ações emergenciais. Em 2010, durante o período anual de chuvas, uma enchente desalojou dezenas de milhares de moradores que viviam e trabalhavam nas cidades e no campo da zona canavieira sul do estado de Pernambuco, levando construções e áreas de trabalho junto. O governo do estado anunciou um plano *emergencial* de construção de cinco barragens de retenção de águas para evitar tais tipos de perdas (CIRILO *et al.*, 2012; LONDE *et al.*, 2015). Apesar de haver a existência de pequenas obras de geração de energia local em vários rios, a moralidade técnica desta construção não seria a geração de energia, e sim evitar futuras enchentes. O planejamento de tais obras era fragmentado e escasso antes das enchentes, e o que regeu o cenário era um tempo excepcional de responder a uma emergência ocorrida em junho de 2010. As imagens das perdas ocorridas se mantinham bem presentes na memória de todos, e favoreciam um ambiente de aprovação quase sumária de obras. Rapidamente se aprovou um plano emergencial, pois todo ano chovia e havia enchentes, mesmo em menor dimensão, historicamente. Se havia poucas articulações significativas antes de haver emergência, isso se devia ao fato de não haver tempo lento de planejamento explícito de realização de alianças em torno das possíveis obras, que eram de baixa prioridade técnica. No tempo corrido da emergência para aliviar danos atuais e futuros também houve limitada articulação de qualquer população pela emergência referir ao alívio das condições de vida da própria população. Em 2019 nove anos depois, apenas uma das cinco barragens estava finalizada. O descaso, nesta situação, ainda foi sofrido pela população local, que era esperançosa (em vez de que desesperada) pela realização das obras, mas que ficou desprotegida.

Voltando para o próprio Rio São Francisco, dissociado dos projetos emergências de proteção contra enchentes, a situação vivida é a progressiva inviabilização do caminho técnico de sucessivas barragens geradoras de energia esboçado e elaborado por além de um século. Diante disso, as avaliações dos engenheiros, elaborados no tempo lento de preparação de alianças para

implantação de outros projetos técnicos existentes há muito tempo, foi pela viabilidade (política, popular e técnica) de outro projeto que já tinha décadas de esboços preliminares nas pranchas: a Transposição de Águas do Rio São Francisco. A água, antes fonte de energia, se torna consumidora de energia. Já consumindo energia polo de agricultura de fruticultura irrigada de Petrolina-Juazeiro, ganha outra função consumidora com ao longo dos canais conectados por elevadores tecnicamente exigentes, para fornecer água de consumo para as cidades mal abastecidas de água no semiárido em dois eixos geograficamente separados em leste e oeste (GONÇALVES *et al.*, 2018).

Neste processo, já com algumas inaugurações feitas, mais atualmente ainda em andamento, ainda está por fazer uma análise dos procedimentos de discursos de moralidade técnica de compreensões de inseguranças estruturais e administradas para populações locais, de compreensão de práticas de desmonte de resistências e do não atendimento às demandas da população, através de desmoralização dos atingidos, metamorfose institucional, abandono planejado e incorporação burocrática. Diante de uma sucessão de adiamento falta sistematizar as conjunturas políticas de práticas de controle e administração do tempo que passaram por um tempo lento e muito fragmentado de planejamento e alianças, por um tempo corrido de alcance de metas principais que teve também como consequência não contemplar uso de água em muitas comunidades ao longo do canal, bem como cortar e dividir comunidades (GONÇALVES *et al.*, 2018), e por um tempo de fuga de responsabilidades a atendimento de demandas de atingidos com ampla divulgação de canais inviáveis e permeáveis tecnicamente precários, populações tachadas de queixosas e resistentes, sem ter clareza sobre a quem recorrer com a diversidade de responsáveis por segmentos da construção atribuídos a diversas construtoras contratadas.

A celebração da rede de canais resultando na chegada de água a reservatórios que abastecem os municípios distantes com cidades de médio porte procura ofuscar os impactos negativos ao longo dos canais de uma obra que anunciou que faria cumprir uma tarefa sonhada por muitos séculos, de “levar água ao sertão”, sem prejuízos significativos para populações locais. Empregando o objetivo da distribuição de água (e não a geração da energia proveniente por

ela), como uma meta socialmente consequente, a Transposição, de fato, não se afasta da caracterização de obras hídricas (e não somente hidroelétricas) sendo Grandes Projetos de Investimentos (VAINER E ARAÚJO, 1992) que operam segundo lógicas próprias, mas sempre descritíveis com eivados de descaso planejado (SCOTT, 2009). Parecia que ter acesso a água iria coadunar com anseios de uma construção recíproca de relações entre populações que pretendem viver nos contextos locais com disponibilidade inusitada de água, termina por dar vez às demandas hierarquizantes de engenheiros e companhias que se pautam numa moralidade técnica com repercussões para a imagem de regiões, nações, e segmentos diferentes da população, mostrando que fazem água chegar do rio para reservatórios em reservatórios distantes, sem que haja atenção às demandas de populações locais, a menos que consigam fazer as suas vozes serem ouvidas.

Ainda Grandes Projetos, Diferentes Objetivos e Continuidade de Exclusões

A ideia que estes conceitos pudessem ser aplicados a outras realidades está permitindo alguns desdobramentos parciais que merecem muito mais aprofundamento sobre as implicações da mudança de contextos de elaboração de projetos com exigências técnicas e temporais diferentes. Quando pesquisadores se debruçaram sobre a Construção de uma Arena para a realização da Copa do Mundo em 2014 no Recife se percebeu que a “moralidade técnica” não se construía mais sobre nem água, nem energia, e as companhias de construção procuravam novos espaços de moralidade técnica associados a planejamento urbano e circulação de mercadorias e capitais reforçados pela ideia de uma construção estética e eficiente com competência de mostrar a capacidade de obedecer um cronograma fixo num projeto articulador de múltiplos investimentos, promotoras de turismo e fortalecimento de infraestrutura urbana, mais uma vez resultando também na capacidade de se distanciar radicalmente dos interesses de populações locais. Desde a pesquisa paralela realizadas sobre três polos de desenvolvimento em Pernambuco (SCOTT, 2014), entendemos que isso se realiza sistematicamente com a construção de uma noção de construção

de vocações em áreas previamente priorizados pelos planejadores no tempo lento de planejamento (SANTOS *et al.*, 2015; SCALAMBRINI *et al.*, 2014). No caso de Pernambuco a escolha do lugar a construir a Arena para a Copa do Mundo havia um processo sistemático de ocultação da população local e a montagem de novos espaços burocráticos de aperfeiçoamento de técnicas de remoção, muito mais frequentes na constante remodelação de espaços urbanos visando a gentrificação do espaço urbano. As pesquisas demonstram três populações locais excluídas forçosamente pela construção da Arena (no Bairro do Loteamento São Francisco destinado a um “ramal” de transporte de espectadores à Arena, nas diversas estações de metrô e de ônibus que exigiam modificações para facilitar o fluxo da população, e na limpeza da área (SCOTT 2015) centenas de famílias da construção dos seus moradores anteriores (SILVA 2019; MELLO MOURA, 2016; COMITÉ POPULAR DA COPA, 2019; SCOTT E MELLO MOURA, 2014). O projeto (planejado, por sinal, numa área com boa parte designada como sendo de Preservação Ambiental) foi badalado como chave para uma suposta política de Nova Centralização Ocidental da Região Metropolitana do Recife, com um belo projeto arquitetônico e de tecnologia modernizadora (Cidade da Copa). Não recebeu um centímetro de execução em obras além das imediatamente relacionadas à própria Arena (!) e de pontos de transporte e circulação num eixo norte e oeste que desalojou muitos moradores de bairros populares. A aura desenvolvimentista que rodeou o projeto se difundia sobre o nome de “Legados da Copa”, mas esta designação foi transformada pelas Campanhas de resistência e reivindicações dos impactados, que focou nos “Relegados da Copa”. Audiências públicas esvaziadas, processos judiciais de moradores compensações irrisórias (salvo algumas desigualmente excepcionais) sem provisão de novas moradias, dispersão de famílias, eixos de transporte com muitas estações incompletas, e um estado com um novo setor de desapropriações que fortalecia a sistematização de procedimentos de remoção feitos em modalidades “legítimas” na perspectiva do Estado, foram os legados vividos pela população impactada.

Radicalmente mais provocador de adaptações dessas ideias é quando se trabalha com políticas públicas que sofrem de uma insegurança estrutural.

Políticas de educação e saúde são grandes exemplos da dificuldade estrutural histórica de receber um aporte de recursos. O planejamento de técnicos em pedagogia ou em saúde respondem a demandas contínuas da população, não tão claramente associados a projetos específicos de investidores em “desenvolvimento”, e mais associados ao “bem-estar”. Mesmo assim, é importante ressaltar as implicações da declaração crítica de Darcy Ribeiro que a “não educação” da população é um projeto de Estado, à qual se pode acrescentar, sem dificuldades, a precariedade da saúde. A remoção da população não está em jogo, mas o não alcance do Estado aos locais (e aos demandantes) onde se espera que atue está, sim, em jogo. Ao iniciar um estudo sobre o atendimento do sistema de saúde administrado tecnicamente pelo Estado para responder à demanda de cuidados ocasionada pela epidemia emergencial da Síndrome Congênita de Zika que apareceu no final de 2015, cria outro espaço de confronto entre a perspectiva do Estado e a perspectiva das famílias que cuidam dos bebês (e das outras vítimas). Mesmo que, neste contexto, o Estado não se apresente claramente como adversário, a dimensão emergencial da epidemia demonstra que para combatê-la é fundamental controlar o tempo para intensificar a vinda de recursos e respostas inovadoras ao problema de saúde. O tempo de planejamento, por mais precavidos que sejam os setores de vigilância sanitária, se identifica como emergencial, mas os recursos também são injetados em volume significativo por mecanismos que facilitam pesquisas e atendimentos para que se possa entender os fatores relevantes de uma doença ainda muito desconhecida. Os recursos precisam também dar resultados que valorizam o conhecimento técnico da área. No caso de Zika, a técnica de controlar a doença (pela compreensão dos fatores biológicos, químicos e genéticos da patologia, bem como pela eliminação do vetor transmissor, o mosquito) toma prioridade enquanto o cuidado dos que sofrem de danificações neurológicas e múltiplas outras sequelas, mesmo tendo resultados muito humanos e fundamentais, exigem uma luta para serem compreendidos como sendo necessidade de primeira ordem. O bom atendimento e seguimento de pacientes fazem parte da descoberta da doença e das maneiras de controlar a ameaça da sua disseminação (SCOTT *et al.*, 2018)

A compreensão da criação de uma moralidade técnica no contexto de operação de atendimentos e pesquisas na área de saúde pode revelar consequências para as populações atingidas no sentido de que 1) as mudanças na administração de tempo ao longo da epidemia tem efeitos na resposta, com declarações de início e fim de emergências nacionais e internacionais que influenciam fluxos e níveis de aplicação dos recursos; 2) o reconhecimento da incapacidade técnica de reverter condições duradouras de institucionalização fragmentada pode levar a exclusões e recusas de atendimento que também se relacionam a desmoralização da população, criando imagens de desmerecimento das vítimas e seus cuidadores e cuidadoras; metamorfose institucional realizada em nome de maior resposta mas que não responde a possibilidades de mobilidade e atividades cotidianas das vítimas e famílias com unidades terapêuticas mal distribuídas e precariamente aparelhadas; o abandono planejado com a insegurança de saber se as novas condições e estruturas fortalecidas na epidemia se tornarão sustentáveis em tantos locais depois da retração da condição emergencial; e de incorporação burocrática no sentido de envolver as associações mediadoras em discussões sobre a ampliação de cobertura para populações incapacitadas. Tais associações são muito reivindicativas ao representar as demandas da população, e, igual ou mesmo mais, que às unidades terapêuticas, podem ter que enfrentar novas buscas de apoio que acionam fontes filantrópicas que podem mudar prioridades, ou invocar especialidades técnicas menos associadas às condições das pessoas com SCZ, com a passagem de tempo. Pelo fato de a população não ser geograficamente muito delimitada e pela possibilidade da incorporação pretendida ter uma maior possibilidade de durabilidade e incorporação nas redes de atendimento à saúde, talvez seja possível que este envolvimento e diálogo (sistema de saúde – famílias e cuidadores de vítimas) possa diferenciar o tratamento das demandas de saúde desta população por não haver uma sucessão de planos de novos espaços de “desenvolvimento” e obras tão prioritárias para tal diálogo. A moralidade técnica da área de saúde, por mais que exija recursos e obras, se fragmenta e se hierarquiza internamente, também se constrói na base de adesão a políticas de inclusão subjacentes à ideia do Sistema Único de Saúde.

Moralidade Técnica e Exclusão

Chegando ao final deste exercício de reflexão sobre aplicabilidade de conceitos elaborados no contexto de produção energético em grandes rios a outros contextos, a compreensão é que diferentes contextos de moralidade técnica operam por processos muito semelhantes que precisam ser cuidadosamente descritos e interpretados através da compreensão de definição de prioridades e metas, tanto das administradores de planos, programas e políticas em setores específicos, quanto pelas demandas de populações que precisam lidar com mudanças radicais nas suas atividades que forcem uma aproximação mais intensa entre o Estado e população.

Vale abordar quatro conjuntos de conceitos e insistir que tem que haver maleabilidade sensível a diferentes contextos na aplicação de conceitos elaborados em relação a pesquisa em grandes projetos hidroelétricas, mas empregados também em outros contextos. Os conceitos reportam a questões que se repetem. Acompanham o que designo de *moralidade técnica* em políticas e ações que frequentemente resultam em exclusão de setores muito significativos da população:

Prioridade de Objetivos: a intensidade da presença de *descaso planejado* varia com a intensidade da coesão técnica dos agentes promotoras de grandes obras ou de ações de construção de políticas que exige muita atenção ao grau de valorização de técnicas e a distância dos resultados desejado pela aplicação das técnicas em relação à população direta e indiretamente atingida pela ação. O pouco caso dado a *objetivos secundarizados* pode ser uma moralidade técnica que será disfarçada por declaração de adesão a ações de mitigação, ou à resolução de efeitos das ações sobre a população local que disfarçam uma limitação na intenção de serem cumpridos.

Relações Hierárquicas e o Estado: enquanto a *Insegurança Estrutural* se manifesta no acesso desigual a condições sociais e físicas de espaços de vida e moradia cotidiano em inserções diferentes de respeito à cidadania, o grau de intensidade da desconfiança na observação do cotidiano da execução de grandes projeto e obras pode criar uma situação de *Insegurança Administrada*, quando cada ação do Estado reforça a noção de aplicação sistemática de uma

política de exclusão. Quando a técnica acionada para atingir o objetivo principal se aproxima menos a um produto comercial disponibilizado pelo Estado e seus aliados, e mais a questões de sustentação de saúde ou mesmo de maior aproximação à melhora das condições da vida da população atingida, é mais fácil tais feições de Insegurança Administrada, ainda existentes, mas de menor expressão, serem mais dispersas e eventuais, permitindo mais sensação de inclusão cidadã.

Diferença de tempos. Se grandes intervenções repetidamente se organizam em *tempos lentos* de planejamento, *tempos corridos* de execução, e *tempos de fuga* de responsabilidades, é de importância basilar compreender as especificidades de cada tempo. Maior ou menor tempo de planejamento muitas vezes se relaciona com coesões e combinações diferentes em torno das técnicas invocadas para criar a “moralidade” da ação, sendo de cumplicidades, sendo de cooperação, sendo de exclusões, ou sendo de outras qualidades. Em resumo, é um período quando o projeto de inclusões e de exclusões estão sendo embrionados. A situação é semelhante enquanto à necessidade de entender o que ocorre no período corrido. Os cronogramas de execução variam muito e fazem com que varia bastante a possibilidade das populações atingidas organizar as suas práticas de diálogo com o projeto. Se o período corrido é curto demais, pode inviabilizar a organização da resposta dos atingidos, mas um período de execução pouco corrido mas com muitas paralizações também pode gerar os mesmo resultados. Mas nos tempos de fuga, quando se anuncia ter atingido o objetivo principal, o tempo sempre se alastra, com ocasionais picos de atividade residual, por sempre deixar algumas coisas não resolvidas.

As Táticas de Desmonte. Desdobrando as práticas acionadas anteriormente, mas que perduram, e que frequentemente, se intensificam no período depois do anúncio fim da obra, há *táticas de desmonte* que se relacionam à fuga de responsabilidades dos planejadores e administradores em relação ao diálogo com os atingidos. Foram delineados acima, como desmoralização, abandono planejado, metamorfose institucional e incorporação burocrática. Não costumam agir com equilíbrio entre si, mas todos costumam ocorrer de alguma forma. Estes conceitos auxiliam no sentido de identificar práticas institucionais

repetidas que resultem, sobretudo, na exclusão de populações de benefícios dos projetos em graus variados.

Uma lembrança final: os conceitos não são estanques. Nada substitui uma prática de acompanhamento por perto e envolvimento etnográfico, participativo e posicionado em diálogo com planejadores, executores e atingidos para compreender como a moralidade técnica opera na inclusão e na exclusão de populações locais de projetos administrados pelo Estado e seus aliados.

Referências

ADAMS, Richard N. **Energy and Structure: A Theory of Social Power**. Austin: University of Texas, 1975.

BARTOLOMÉ, Miguel. **La presa cerro de oro y el ingeniero gran Diós**. Ciudad de México: Instituto Nacional Indigenista, 1992.

BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otávio. "Grandes empreendimentos", administração pública e populações. **Revista Antropolítica**, n. 37, p. 131-136, Niterói, 2., 2014

CERNEA, Michael (Ed.) **Putting people first: Sociological variables in rural development**. A World Bank Publication, Second Edition, revised and expanded, 1991.

CERNEA, Michael; GUGGENHEIM, Scott (Eds.). **Anthropological Approaches to Resettlement: Policy, Practice and Theory**. Boulder: Westview, 1993.

CIRILO, José Almir; MONTENEGRO, Suzana Maria Gico Lima, ASFORA, Marcelo Cauás. Controle e previsão de cheias no estado de Pernambuco, Brasil: aspectos hidrológicos e ações de reconstrução. **Anais do IWRA - XIV World Water Congress**, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2011.

COMITÉ POPULAR DA COPA, PE. **Das violações às resistências: a atuação do Comitê Popular da Copa PE**, <https://pt.slideshare.net/cendhec/das-violaes-s-resistncias-a-atuao-do-comit-popular-da-copa-pe> (acesso em 12 de setembro de 2019).

DALTON, George (Ed.) **Economic Anthropology and Development**. Essays on Tribal and Peasant Economies. New York: Basic Books, 1971

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**: place, movements, life, redes. Duke, Durham, 2008.

GODELIER, Maurice, **O enigma do dom**, tradução Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Glaciene Mary da Silva; SILVA, Edson; SCOTT, Russell Parry; GURGEL, Idê Gomes Dantas; COSTA, André Monteiro. A transposição do rio São Francisco e a saúde do povo Pipipã, em Floresta, Pernambuco. **Saúde e Sociedade** (ONLINE) v.. 27, p. 909-921, 2018.

HANSEN, Art; OLIVER-SMITH, Anthony (eds.) **Involuntary Migration and Resettlement**: The Problems and Responses of Dislocated People. Boulder: Westview, 1982.

LONDE, Luciana de Resende; MARCHEZINI, Victor; CONCEIÇÃO, Rodrigo Silva da; BORTOLETTO, Katia Cristina; SILVA, Ana Elisa Pereira; SANTOS, Elisa Volker dos; e REANI, Regina Tortorella. (2015). Impactos de desastres socioambientais em saúde pública: estudos dos casos dos Estados de Santa Catarina em 2008 e Pernambuco em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 32(3), p. 537-562. Acesso em 12 de setembro de 2019: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-3098201500000031>

MACHADO, Eduardo Paes (Coord.) **Poder e Participação política no Campo**. São Paulo: CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU. 1987

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984 [original, 1922].

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-1924].

MELLO MOURA, Alice Bezerra de. **Remoções forçadas, moradas desmanteladas: Uma intervenção estatal no loteamento São Francisco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco.

MELLO MOURA, Alice Bezerra de; SCOTT, Russell Parry; LEMOS, José Roberto de; **Territorializando a Copa: Discursos em Torno das Mudanças Territoriais na Construção da Arena e da Cidade da Copa em Pernambuco** In: MELLO MOURA,

Alice et. al. (orgs) *Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações*. CD Rom, Organizadores-Fages-UFPE, p. 109-132, 2015.

MELLO MOURA, Alice Bezerra de; SCOTT, Parry; OLIVEIRA, Teresa. **Copa do mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações**. Recife : CD-Rom, Organizadoras - FAGES-UFPE, 2015, p.504.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**, tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000 [original 1944].

RAMALHO, Anna (Org.). **Recife: Impactos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros/Observatório das Cidades, 2015

SAHLINS, Marshall D. **On the Sociology of Primitive Exchange** In: Michael Banton (Ed.) *The Relevance of Models for Social Anthropology*, A.S.A. Monographs 1, London: Tavistock. Publications; New York: Frederick A. Praeger, Publishers, , p. 139 – 236, 1965.

SANTOS, Dayse Amâncio dos; SCOTT, Parry ; ACIOLY, Rafael Freitas Dias; SOUZA, Rosângela Silva. *Desenvolvimento e Reprodução: um estudo comparativo em três polos pernambucanos*. In: QUEIROZ, Tacinara Nogueira de; LINS, Maria Betânia; Cinthia Oliveira; RIOS, Luís Felipe. (Org.). **Crescimento econômico, cidadania e saúde: contextos desafiados e possibilidade de pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos**. Recife: EDUFPE, 2015, p. 16-42.

SCALAMBRINI COSTA, Heitor; LOURENÇO JÚNIOR, Sílvio Diniz de (Orgs.) **Os Atingidos pelo Complexo de Suape: coletânea de artigos, entrevistas e vídeos sobre o complexo industrial portuário de Suape**. Recife: Fórum Suape Espaço Ambiental, (CD), 2014.

SCOTT, James. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University, 1985.

SCOTT, James. *Domination and the Arts of Resistance (Hidden Transcripts)*. New Haven: Yale University, 1992.

SCOTT, Parry. **Negociações e Resistência Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife : Editora Universitaria da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. **Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco** In: ZHOURI, Andrea (Org.) Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, p. 122-146. 2012,

SCOTT, Parry. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. **Campos** (UFPR), v. 14, p. 15-36, 2013.

SCOTT, Parry. **Limpendo a área**, (<https://www.youtube.com/watch?v=lwe81PfwQjs>, acesso em 12 de setembro de 2019) e In: Mello et.al org.) Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações. CD Rom, Organizadores-Fages-UFPE, 2015.

SCOTT, Parry; LIRA, Luciana Campelo de; MATOS, Silvana Sobreira de; SOUZA, Fernanda Meira; SILVA, Ana Cláudia Rodrigues; QUADROS, Marion Teodósio de. Itinerários terapêuticos, cuidados e atendimento na construção de ideias sobre maternidade e infância no contexto da Zika. *Interface* (Botucatu. Online), v. 22, p. 673-684, 2018.

SCOTT, Parry; MELLO, Alice Bezerra de M. Desapropriações, resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento. **Revista Antropológicas**. v.25, p.94 - 132, 2014.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco - PE. **Vivencia** (UFRN). v.43, p.29 - 46, 2014.

SCOTT, Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos; ARARIPE DE SOUZA, Eduardo; MELLO MOURA, Alice Bezerra de. **Disputas em Diferentes Tempos na Construção da Arena Pernambucana para a Copa do Mundo**: Planejando, Executando, Mitigando. In: Copa do Mundo em Pernambuco: impactos, avaliações e ações. 1 ed. Recife : Organizadores/fages-ufpe, 2015, p. 86-109.

SCUDDER, Thayer; COLSON, Elizabeth. **From Welfare to Development**: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People, In: HANSEN, A.; OLIVER-SMITH, A. (Eds.). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview. p. 267- 287, 1982.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de grandes projetos hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 1986.

SILVA, Nubia Michella Clementino da. **"Limpendo o terreno"**: a experiência de remoção forçada dos posseiros de Jardim Penedo de Baixo para a construção da cidade da copa em São Lourenço da Mata - PE. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Brasil, 2019.

SIQUIERA, Antônio Jorge de (Org.) **Identidade e Cidadania no Brasil**, V. 2, Recife, UFPE, Editora Universitária. 1999.

WITTFOGEL, Karl A. **Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power**. Yale University Press, New Haven, 1957

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos hidrelétricas e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CED - Centro de Documentação e Informação, 1992.

Recebido:18/02/2022

Aceito:26/10/2022